

Ciclos político-econômicos oportunistas: influência nas despesas do Brasil (1994-2014)**Opportunistic political-economic cycles: influence on Brazilian expenditure (1994-2014)**

Recebimento dos originais: 13/07/2018

Aceitação para publicação: 28/08/2018

Caroline Lucion Puchale

Mestranda em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Endereço: Av. Roraima, 1000 - Camobi, Santa Maria - RS

E-mail: carolpuchale@gmail.com

Ohanna Larissa Fraga Pereira

Mestranda em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Endereço: Av. Roraima, 1000 - Camobi, Santa Maria - RS

E-mail: ohanna_larissa1@hotmail.com

Gilberto Oliveira Veloso

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996).

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Endereço: Av. Roraima, 1000 - Camobi, Santa Maria - RS

E-mail: gilbertovel@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste estudo é averiguar empiricamente a presença de ciclo político-econômico oportunistas no Brasil no período de 1994 a 2014. Foi considerada a hipótese de existência de comportamentos eleitoreiros nas variáveis orçamentárias, gastos do governo, motivado pelo calendário eleitoral. Procurou-se evidenciar aumentos significativos nas despesas do governo em períodos pré-eleitorais e eleitorais e o declínio dos mesmos em períodos pós-eleitorais. Para a verificação empírica, o presente estudo utilizou-se de uma análise econométrica, a partir de regressões múltiplas. Os resultados encontrados confirmam a presença de ciclos político-econômicos de forma mais evidente a partir de 1999 até 2010, anos que compreendem o segundo governo FHC e os dois mandatos de Lula. Portanto, percebe-se que as oscilações econômicas, no período analisado, podem ser explicadas não somente por fatores econômicos, mas também políticos.

Palavras-chaves: ciclo político-econômico oportunista, variáveis orçamentárias, análise econométrica.

ABSTRACT

The objective of this study is to empirically ascertain the presence of opportunist political-economic cycle in Brazil from 1994 to 2014. It was considered the hypothesis of existence of electoral behaviors in the budget variables, government expenditures, motivated by the electoral calendar. We sought to evidence significant increases in government expenditures in pre-election and electoral periods and their decline in post-election periods. For empirical verification, the present study used an econometric analysis, based on multiple regressions. The results confirm the presence of political-economic cycles more clearly from 1999 to 2010, which includes the second FHC government and Lula's two terms. Therefore, it can be seen that the economic oscillations, during the analyzed period, can be explained not only by economic factors, but also political ones.

Keywords: opportunistic political-economic cycle, budget variables, econometric analysis.

1 INTRODUÇÃO

Após vinte anos de regime militar, em 1988 foi instituída a Constituição da República Federativa do Brasil, ato que permitiu o retorno de um regime democrático no qual todos os agentes econômicos voltaram a opinar na condução da política do país. Atualmente, as eleições brasileiras ocorrem a cada quatro anos e, como em toda democracia, um grupo de indivíduos se candidatam ao cargo de Presidente da República, tendo a população como principal responsável pela escolha daquele que mais se adequa à função de administrador central da nação.

Para conseguir ganhar as eleições, os candidatos precisam demonstrar sua competência através da quantidade de benefícios que podem gerar para o país. Para isso, utilizam como principal estratégia as oscilações no orçamento público, instrumento constituído pelas receitas e despesas do governo, por meio do qual se garante o aumento do bem-estar social.

É nesta concepção que se enquadra a teoria dos ciclos político-econômicos oportunistas. Nela, os eleitores são propensos às facilidades oferecidas pelo governo e a partir daí calculam a competência dos candidatos, os quais buscam maximizar seus votos executando políticas expansionistas que “agradem” à população e apostando na melhoria de variáveis macroeconômicas perto das eleições. São todas medidas de curto prazo que exercem relativa força de voto, dando ao eleitor a sensação aumento do bem-estar e classificando o candidato como competente. Entretanto, passado o período eleitoral, os governantes eleitos passam a exercer políticas contracionistas, visando manter o equilíbrio das contas públicas.

Nesse sentido, destaca-se a importância do assunto para o entendimento da sistemática da conjuntura política do Brasil após o período de redemocratização, proporcionando uma melhor visualização das práticas “oportunistas” que supostamente surgiram neste período e como elas afetam a população e a economia brasileira. Dentro dessa perspectiva, o artigo se propõe a responder pergunta: “O calendário eleitoral exerceu influência sobre os gastos públicos brasileiros

no período de 1994 a 2014?” Para isso, objetiva-se evidenciar a existência de ciclos políticos nas despesas do governo federal nesse período.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CICLO POLÍTICO-ECONÔMICO OPORTUNISTA

O ciclo político-econômico oportunista de governo tem por objetivo a maximização do número de votos nas eleições a partir dos mecanismos de políticas sociais, fiscais, monetárias e cambiais, que são utilizadas como forma de convencimento dos votantes. Os candidatos à presidência sabem que os cidadãos decidem em quem irão votar a partir da competência de governo apresentada, a qual pode ser medida pelo número de obras realizadas, pelos benefícios concedidos à população ou pela melhora dos agregados macroeconômicos, tais como: PIB, inflação e desemprego; isto é, por medidas que aumentam o bem-estar populacional. Sabendo deste fato, os prováveis governantes procuram realizar o maior número de obras possíveis, conceder o máximo de benefícios e gerar mais empregos no período em que antecede as eleições, para assim serem vistos como governantes competentes e, conseqüentemente, receberem um maior número de votos (BORSANI, 2003).

Percebe-se, portanto, que os candidatos tendem a criar situações favoráveis na economia em períodos anteriores às eleições e, transcorrido esse intervalo, vivencia-se uma fase econômica restritiva. Como é confirmado por Fialho (1999), o modelo oportunista de governo parte do pressuposto de que as políticas públicas executadas pelos candidatos à eleição objetivam a satisfação de seus interesses pessoais e não da nação, os privilégios concedidos aos cidadãos visam apenas a maior probabilidade de vitória. Downs (2013, p. 50) afirma que: “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas”.

O primeiro resquício advindo da conceituação de ciclo oportunista surgiu no trabalho de Downs em 1957, em que o autor estabelece seus estudos sobre Estados Democráticos. O aprimoramento deste conceito aparece nos trabalhos de Nordhaus (1975), que busca captar os ciclos oportunistas nas variáveis macroeconômicas como o desemprego e inflação; e pelas pesquisas de Rogoff (1990) e Rogoff e Silbert (1988), que trabalham com os ciclos oportunistas para as políticas fiscais (receitas e despesas).

Downs (2013) afirma que os candidatos à eleição são motivados a buscar a vitória eleitoral pelo desejo individual de obter renda, prestígio e poder. Desta forma, conseguir desempenhar uma boa função social é uma das maneiras de alcançar seus desejos privados. Logo, o objetivo dos indivíduos nas eleições é, primordialmente, a maximização dos votos, e todas as suas ações durante esse período visam o alcance deste objetivo. Para Downs (2013), os candidatos a governantes

buscam formular políticas que agradem uma grande parte do eleitorado, entretanto, não consideram os efeitos negativos que elas geram sobre a economia.

Segundo Nordhaus (1975), os governos em períodos pré-eleitorais estariam dispostos a ter um maior gasto com políticas de aumento da produtividade econômica que resultariam em menor taxa de desemprego. Entretanto, isso seria sustentado ou por um maior gasto governamental ou pela emissão de moeda, que aumentaria a taxa de inflação após as eleições. Passado o período eleitoral, o governo começaria a realizar uma série de ajustes fiscais para conter o aumento do nível de preços, o que, conseqüentemente, ocasionaria uma queda no produto interno do país juntamente com o aumento da taxa de desemprego.

Desta forma, quanto maior o número de ações públicas no ano pré-eleitoral em direção ao alcance de menores taxas de desemprego e inflação, maior a probabilidade de este governo ser eleito. Ou seja, “a manipulação de variáveis estratégicas altera a posição relativa dos partidos aos olhos do eleitor, influenciando-o em seu voto” (VELOSO, 2001, p.17). Nordhaus (1975) afirma que os agentes somente analisam as ações do governo realizadas no último ano e não em todo seu mandato, o que autor denomina como “miopia política”, ou seja, os eleitores tomam suas decisões com base em sua racionalidade adaptativa. Os trabalhos de Rogoff (1990) e Rogoff e Silbert (1988), afirmam que as benfeitorias advindas dos ciclos oportunistas, que ocorrem nas variáveis orçamentárias receita e despesa do governo, são percebidas instantaneamente pelo eleitorado. Portanto, suas visões partem de um ciclo oportunista racional, como o desenvolvido por Downs (2013).

Inúmeras evidências empíricas dos ciclos político-econômicos oportunistas já foram desenvolvidas, entretanto, os trabalhos realizados no Brasil sobre tal problemática ainda são muito escassos. Destacam-se os estudos de Salvato *et al.* (2007), no qual analisam a possível presença de ciclos políticos no Brasil no período de 1985 a 2006 a partir de uma análise econométrica. O autor conclui que existe uma relação entre o calendário eleitoral e a manipulação das variáveis econômicas como forma de maximização dos votos, evidenciando a presença do “oportunismo” político nas variáveis: taxa de crescimento do PIB, taxa de desemprego e taxa de inflação; Além de manipulações no campo fiscal, como em gasto do governo e déficit público. Ressalta, ainda, que estas manipulações pré-eleitorais levaram a economia brasileira a recessões econômicas em períodos pós-eleitorais.

Araújo e Filho (2010) analisaram as flutuações dos gastos públicos em 27 estados brasileiros no período de 1995 a 2008. Os gastos dividiam-se entre custeio, capital, saúde e educação. Os autores encontraram que as despesas estaduais em todas as divisões aumentaram em 1998, ano eleitoral, e retraíram-se em 1999 período pós-eleitoral. Porém, de 2001 a 2003 apenas os gastos

com custeio elevaram-se, enquanto o restante apresentaram redução; já entre 2005 e 2007, todas as classificações de gastos tiveram um aumento no ano eleitoral e uma queda no pós-eleitoral, confirmando o modelo “oportunista”.

Britto (2014) analisou a possível ocorrência de ciclos políticos nas eleições de 2006 a 2010 através das variáveis monetárias, fiscais, cambiais e sociais, com metodologia expositiva que demonstram as oscilações históricas incorridas nas variáveis analisadas. Verificou-se que nos períodos pré e pós-eleitorais entre 2006 e 2010, as variáveis apresentaram comportamento oportunista, com tendência de aumento no pré-eleitoral e tendências declinantes no pós-eleitoral. Nas eleições de 2006 ocorreu um aumento nos gastos do governo devido à expansão dos programas sociais e elevação do salário mínimo. Já em 2010, houve uma expansão da política fiscal, aumento dos níveis de crédito e investimentos e ainda mais gastos em programas sociais. Percebe-se, também, que a partir de 2011, o governo vigente não praticou o ajuste pós-eleitoral desejável para estabilizar os níveis de inflação.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa objetiva realizar uma análise econométrica das políticas orçamentárias do governo federal, concentrando a investigação sobre as despesas governamentais a fim de detectar a presença de ciclos político-econômicos no Brasil no período de 1994 a 2014.

Os dados correspondentes às Despesas do Tesouro Nacional e ao Produto Interno Bruto (PIB) foram captados no banco de dados do Banco Central do Brasil e da Secretária do Tesouro Nacional para o período de 1994 a 2014. Todos capturados em valores mensais correntes e transformados em valores reais de dezembro de 2014 através do índice IGP-DI, conforme os trabalhos de Bornhold (2010), Vasconcelos *et al.* (2013) e Bittencourt (2002).

Com o intuito de averiguar a existência de ciclos políticos, elegeu-se como variável dependente a Despesa do Tesouro Nacional, que corresponde ao total da despesa primária realizada pela administração federal (SECRETÁRIA DO TESOUREO NACIONAL, 2015). Como variáveis independentes, foram escolhidos o PIB e a Receita do Tesouro Nacional, que são relevantes na captação de possíveis flutuações nas despesas governamentais, uma vez que, quanto maior o PIB do país e a arrecadação de impostos, maiores serão os níveis de despesas.

As variáveis políticas aqui utilizadas são um conjunto de *Dummies* que representam os ciclos eleitorais nos governos de Itamar Franco (considerado apenas o seu último ano de administração – 1994), Fernando Henrique Cardoso (FHC) (considerado o primeiro mandato de 1995 a 1998 e segundo mandato de 1999 a 2002), Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) (considerado o primeiro mandato de 2003 a 2006 e o segundo mandato de 2007 a 2010) e Dilma Rousseff (considerado seu

mandato de 2011 a 2014), nos períodos: i) Pré-eleitorais, que representa um ano anterior aoeleitoral; ii) Eleitorais, correspondente ao ano das eleições; iii) Pós-eleitorais 1, que representa um ano após as eleições; e iv) Pós-eleitorais 2, correspondente a dois anos posteriores aodas eleições. Essas variáveis estão estruturadas no seguinte modelo econométrico:

$$\begin{aligned}
 DT_{it} = & \beta_1 PIB_{it} + \beta_2 RT_{it} + \beta_3 AELEITA_{it} + \beta_4 APOS1FHC1_{it} + & (1) \\
 & \beta_5 APOS2FHC1_{it} + \beta_6 APREFHC1_{it} + \beta_7 AELEFHC1_{it} + \\
 & \beta_8 APOS1FHC2_{it} + \beta_9 APOS2FHC2_{it} + \beta_{10} APREFHC2_{it} + \\
 & \beta_{11} AELEFHC2_{it} + \beta_{12} APOS1LULA1_{it} + \beta_{13} APOS2LULA1_{it} + \\
 & \beta_{14} APRELULA1_{it} + \beta_{15} AELELULA1_{it} + \beta_{16} APOS1LULA2_{it} + \\
 & \beta_{17} APOS2LULA2_{it} + \beta_{18} APRELULA2_{it} + \beta_{19} AELELULA2_{it} + \\
 & \beta_{20} APOS1DILMA_{it} + \beta_{21} APOS2DILMA_{it} + \beta_{22} APREDILMA_{it} + \\
 & \beta_{23} AELEDILMA_{it} + \varepsilon_{it}
 \end{aligned}$$

Onde, **DT**: Despesa Total do Tesouro Nacional; **PIB**: Produto Interno Bruto do Brasil; **RT**: receita total do Tesouro Nacional; *dummy* **AELEITA**: Assume valor 1 se for o ano de 1994 em que Itamar Franco ainda estava no poder e valor 0 caso contrário; *dummy* **APOS1FHC1**: Assume valor 1 se for 1995, ano pós-eleitoral do primeiro mandato FHC, e valor 0 caso contrário; *dummy* **APOS2FHC1**: Assume valor 1 se for o segundo ano após as eleições de 1994 do primeiro mandato FHC, e valor 0 caso contrário; *dummy* **APREFHC1**: Assume valor 1 para o ano pré-eleitoral de 1998 no período do primeiro mandato do FHC, e assume valor 0 caso contrário; *dummy* **AELEFHC1**: Assume valor 1 se for o ano eleitoral de 1998 em que ainda vigorava o primeiro governo de FHC, e assume valor 0 caso contrário; *dummy* **APOS1FHC2**: Assume valor 1 se for 1999, ano pós-eleitoral do segundo mandato FHC, e valor 0 caso contrário; *dummy* **APOS2FHC2**: Assume valor 1 se for o segundo ano após as eleições de 1998 do segundo mandato FHC, e valor 0 caso contrário; *dummy* **APREFHC2**: Assume valor 1 para o ano pré-eleitoral de 2002 no período do segundo mandato do FHC, e assume valor 0 caso contrário; *dummy* **AELEFHC2**: Assume valor 1 se for o ano eleitoral de 2002 em que ainda vigorava o segundo governo de FHC, e assume valor 0 caso contrário; *dummy* **APOS1LULA1**: Assume valor 1 se for 2003, ano pós-eleitoral do primeiro mandato de Lula, e valor 0 caso contrário; *dummy* **APOS2LULA1**: Assume valor 1 se for o segundo ano após as eleições de 2002 do primeiro mandato Lula, e valor 0 caso contrário; *dummy*

APRELULA1: Assume valor 1 para o ano pré-eleitoral de 2006 no período do primeiro mandato do Lula, e assume valor 0 caso contrário; *dummy* **AELELULA1:** Assume valor 1 se for o ano eleitoral de 2006 em que ainda vigorava o primeiro governo de Lula, e assume valor 0 caso contrário; *dummy* **APOS1LULA2:** Assume valor 1 se for 2007, ano pós-eleitoral do segundo mandato de Lula, e valor 0 caso contrário; *dummy* **APOS2LULA2:** Assume valor 1 se for o segundo ano após as eleições de 2006 do segundo mandato Lula, e valor 0 caso contrário; *dummy* **APRELULA2:** Assume valor 1 para o ano pré-eleitoral de 2010 no período do segundo mandato do Lula, e assume valor 0 caso contrário; *dummy* **AELELULA2:** Assume valor 1 se for o ano eleitoral de 2010 em que ainda vigorava o segundo governo de Lula, e assume valor 0 caso contrário; *dummy* **APOS1DILMA:** Assume valor 1 se for 2011, ano pós-eleitoral do governo Dilma, e valor 0 caso contrário; *dummy* **APOS2DILMA:** Assume valor 1 se for o segundo ano após as eleições de 2010 do mandato Dilma, e valor 0 caso contrário; *dummy* **APREDILMA:** Assume valor 1 para o ano pré-eleitoral de 2014 no período do mandato de Dilma, e assume valor 0 caso contrário; *dummy* **AELEDILMA:** Assume valor 1 se for o ano eleitoral de 2014 em que ainda vigorava o governo de Dilma, e assume valor 0 caso contrário; e ϵ : o termo de erro.

A análise de dados foi realizada via regressões múltiplas sem a presença do intercepto, pois, conforme exposto por Gujarati (2011) e Bueno (2011), a existência de variáveis *dummies* no modelo pode incorrer na chamada “armadilha da variável binária”, que existe quando se tem colinearidade perfeita entre as variáveis. Para sanar tal problema deve-se, portanto, não introduzir o intercepto de tal modelo (GUJARATI, 2011). Além disso, é necessário verificar a possível existência de autocorreção no modelo de regressão, para que a eficiência dos estimadores não seja afetada. Para averiguar a presença deste problema é realizado o teste de Breusch-Godfrey (BG) que tem por hipótese nula a ausência de correlação serial de qualquer ordem (GUJARATI, 2001).

Neste sentido, o que se espera obter com a presente investigação, em termos de sinais e resultados, é um aumento das despesas do governo nos anos pré-eleitorais e eleitorais e uma contração das despesas nos anos após as eleições. Além disso, se espera que a relação entre as despesas da administração central do Brasil e o Produto Interno Bruto sejam positivas, ou seja, que um aumento no PIB ocasione uma elevação nos gastos do governo. Acrescenta-se que o programa utilizado para a análise empírica foi o *software STATA (Data Analysis and Statistical Software)* versão 10.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados partiu da realização do teste de BG para averiguar a existência de auto correlação na série em estudo, tendo como resultado positivo e o problema corrigido pelo

método Newey-West (GUJARATI, 2011). Posteriormente, analisou-se os resultados do modelo econométrico, o qual busca evidenciar a possível relação entre as despesas do governo e o calendário eleitoral brasileiro no período de 1994 a 2014. O modelo (1) apresentou os resultados reunidos na tabela 1. Ao verificar a significância estatística dos parâmetros das variáveis, vê-se que as *dummies* eleitorais do período de 1994 a 1998 não foram significativas, ou seja, neste período o calendário eleitoral não influenciou sobre as flutuações das despesas orçamentárias federais. No entanto, o restante das variáveis políticas em análise foram significativas a 1%, 5% e 10% de nível de significância.

Além disto, observa-se que o teste de significância geral da regressão (teste F) foi significativo a 5%, levando à conclusão de que as variáveis do modelo são conjuntamente significativas e exercem influência sobre a despesa total do governo. Nota-se também que as variáveis PIB e Receita Total foram significativas ao nível de 5%, portanto, para cada milhão de aumento no PIB, as despesas do governo elevam-se em, aproximadamente, R\$ 0,09 milhões. Ademais, a cada milhão de crescimento nas Receitas Totais do governo, os gastos do governo elevam-se em, aproximadamente, R\$ 0.32 milhões (Tabela 1).

Tabela 1 – Resultado da regressão econométrica

| Calendário Eleitoral | Variáveis | Coefficiente | Erro-Padrão | T | p>t |
|------------------------------------|------------|--------------|-------------|-----------------------------|----------|
| VARIÁVEL DEPENDENTE: DESPESA TOTAL | | | | | |
| | RT | 0.3209023 | 0.072615 | 4.42 | 0.000*** |
| | PIB | 0.0877397 | 0.0292836 | 3.00 | 0.003*** |
| 1994 | ALEITA | 1.712121 | 7.294854 | 0.23 | 0.815 |
| 1995 | APOS1FHC1 | 0.2338387 | 8.336122 | 0.03 | 0.978 |
| 1996 | APOS2FHC1 | 0.4220808 | 8.847534 | 0.05 | 0.962 |
| 1997 | APREFHC1 | 0.6612475 | 9.154996 | 0.07 | 0.942 |
| 1998 | AELEFHC1 | 5.600876 | 9.250005 | 0.61 | 0.545 |
| 1999 | APOS1FHC2 | 18.7156 | 9.764611 | 1.92 | 0.057* |
| 2000 | APOS2FHC2 | 17.94228 | 9.361584 | 1.92 | 0.057* |
| 2001 | APREFHC2 | 18.55142 | 9.577344 | 1.95 | 0.053* |
| 2002 | AELEFHC2 | 20.51824 | 9.731757 | 2.11 | 0.036** |
| 2003 | APOS1LULA1 | 16.06921 | 8.758259 | 1.83 | 0.068* |
| 2004 | APOS2LULA1 | 15.81584 | 9.156074 | 1.73 | 0.085* |
| 2005 | APRELULA1 | 21.78103 | 9.575847 | 2.27 | 0.024** |
| 2006 | AELELULA1 | 27.7899 | 10.73463 | 2.59 | 0.010*** |
| 2007 | APOS1LULA2 | 26.88295 | 11.18732 | 2.40 | 0.017** |
| 2008 | APOS2LULA2 | 21.39095 | 11.67297 | 1.83 | 0.068*** |
| 2009 | APRELULA2 | 31.71661 | 13.32644 | 2.38 | 0.018** |
| 2010 | AELELULA2 | 33.36345 | 13.8126 | 2.42 | 0.017** |
| 2011 | APOS1DILMA | 37.72767 | 14.60419 | 2.58 | 0.010*** |
| 2012 | APOS2DILMA | 40.02614 | 13.79422 | 2.90 | 0.004*** |
| 2013 | APREDILMA | 40.91735 | 14.24023 | 2.87 | 0.004*** |
| 2014 | AELEDILMA | 47.64219 | 13.89675 | 3.43 | 0.001*** |
| | | | | F(22, 229) = 210.14 | |
| | | | | Prob>F = 0.0000 | |

Fonte: Elaborado pelos autores

*** Variável significativa a 1% de nível de significância

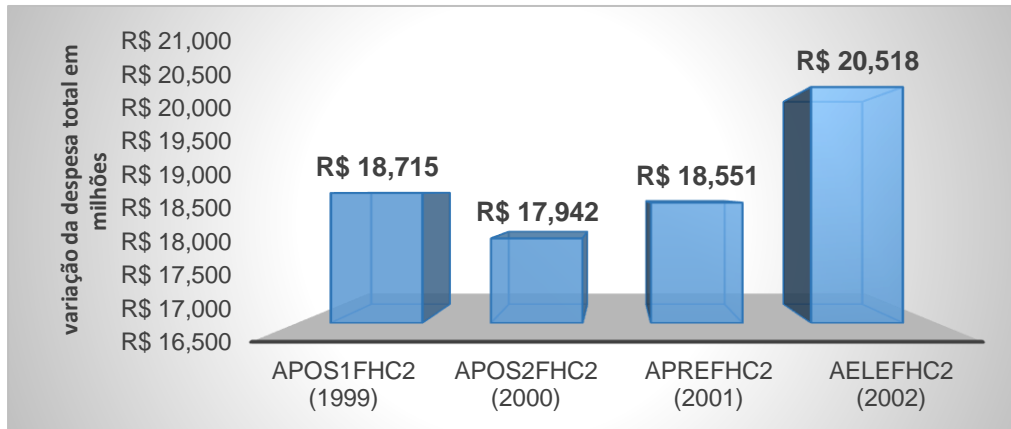
** Variável significativa a 5% de nível de significância

*Variável significativa a 10% de nível de significância

Após a verificação dos resultados e significância das variáveis, subdividiu-se a análise para os períodos eleitorais significativos, compreendendo o segundo mandato FHC e os períodos de Lula e Dilma. Para melhor visualização, fracionou-se os resultados conforme o período em que estes governos estiveram na administração geral do Brasil.

Para a análise do período eleitoral e pós-eleitoral do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1999 e 2002, atribuiu-se valor 1 para as variáveis **APOS1FHC2**, **APOS2FHC2**, **APREFHC2** e **AELEFHC2**, e 0 para as demais. Concluiu-se, através da tabela 1, que as variáveis foram significativas a 5% e 10% de nível de significância. Os resultados para este período de análise estão representados no gráfico 1.

Gráfico 1 – Variações na despesa total no 2º mandato de FHC



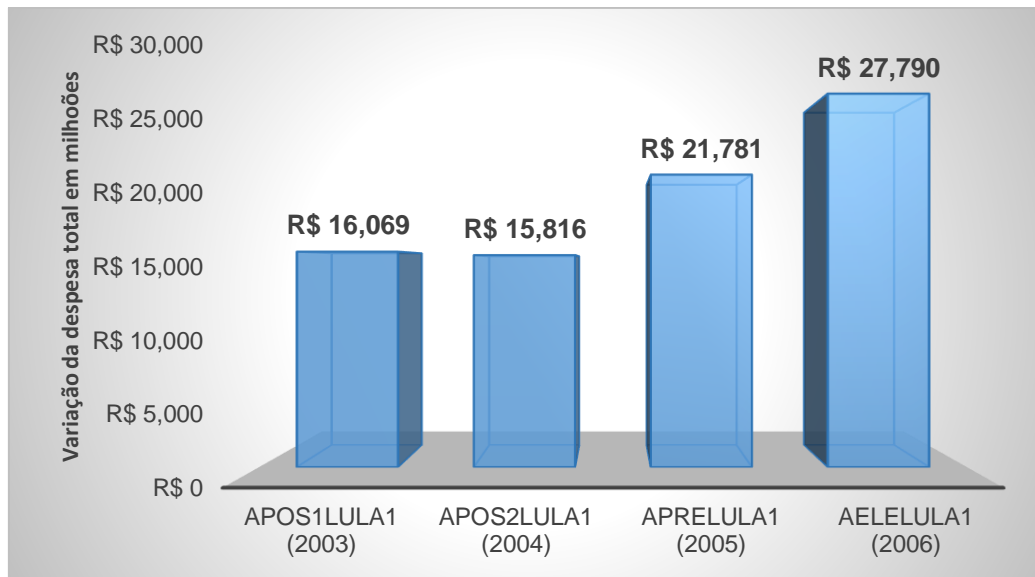
Fonte: elaborado pelos autores

Contata-se, pelo gráfico 1, que no primeiro ano após as eleições de 1998, os gastos governamentais ainda eram elevados, isso justifica-se pelo fato do orçamento governamental de um período anterior ainda ser vigente no período seguinte. Ou seja, no ano de 1999, o atual presidente FHC, executou as tarefas planejadas em 1998, ainda por Itamar Franco. Como é afirmado por Preussler (2001), existe uma tendência de aumento dos gastos um período após as eleições pelo fato de o governo postergar o pagamento das suas obrigações para o próximo mandato.

Além disso, observa-se a formação de um ciclo político oportunista, pois no segundo ano após as eleições, ocorre um declínio dos gastos, de R\$ 18.715 milhões em 1999 para R\$ 17.942 milhões em 2000. Passado este período de restrição, as despesas voltam a elevar-se entre o ano pré-eleitoral (2001) e o ano eleitoral (2002), passando de R\$ 18.551 milhões para R\$ 20.518 milhões, respectivamente.

Para verificação das oscilações nas despesas do governo no primeiro mandato do presidente Lula, ocorrido entre 2003 e 2006, admite-se valor 1 para **APOS1LULA1**, **APOS2LULA1**, **APRELULA1** e **AELELULA1** e valor 0 para as demais variáveis. Assim, através da tabela 1, vê-se que todas as variáveis são significativas a 5% e 10% de nível de significância, portanto, pode-se afirmar a existência de uma relação entre os gastos do governo e o calendário eleitoral no primeiro mandato do governo Lula. Os resultados para este período de análise estão representados no gráfico 2.

Gráfico 2 – Variações na despesa total no 1º mandato de Lula

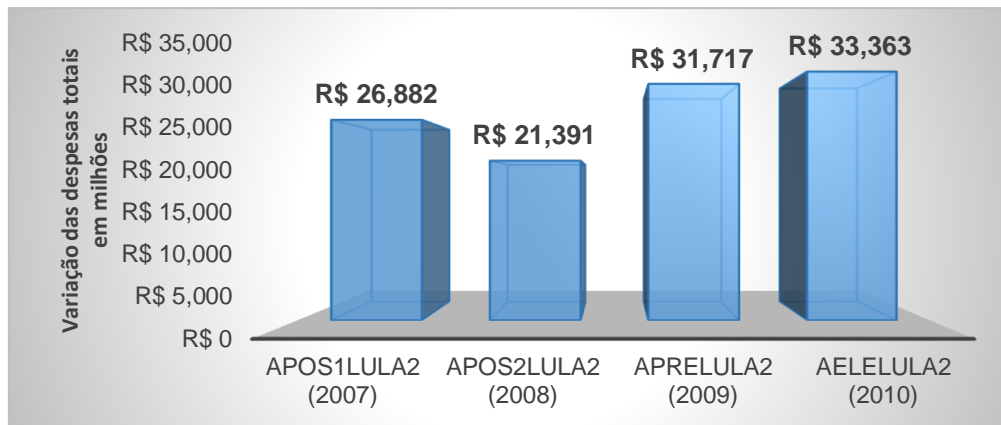


Fonte: Elaborado pelos autores

Houve a redução de 1,57% das despesas do governo entre o primeiro e segundo ano após as eleições de 2002. Porém, passado o período de contração, o incremento dos gastos do governo eleva-se entre 2005-2006, passando de R\$ 21.787 milhões no ano pré-eleitoral para R\$27.790 milhões no ano eleitoral. Portanto, também verifica-se a existência de um ciclo político oportunista no primeiro mandato do governo Lula, com o declínio da expansão dos gastos em períodos pós-eleitorais e a elevação dos mesmos nos períodos próximos às eleições (gráfico 2).

Para se verificar a influência do calendário eleitoral sobre as despesas governamentais no segundo governo Lula (2007-2010), atribui-se valor 1 para as variáveis, **APOS1LULA2**, **APOS2LULA2**, **APRELULA2** e **AELELULA2**, e valor 0 para o restante. Dado que os parâmetros das variáveis foram todos significativos a 1% e 5%, os resultados do período 2007-2010 estão representados no gráfico 3.

Gráfico 3 - Variações na despesa total no 2º mandato de Lula

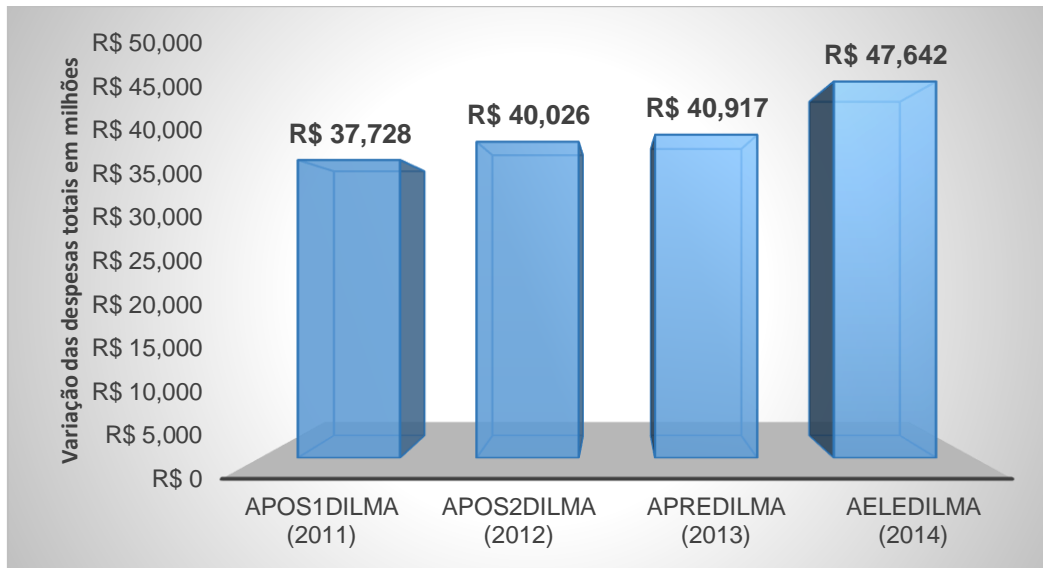


Fonte: Elaborado pelos autores

Nota-se, a partir do gráfico 3, que após as eleições de 2006, o governo Lula reduziu seus incrementos de despesas no primeiro ano pós-eleitoral (2007), foram R\$ 26.882 milhões contra R\$ 27.790 milhões em 2006. Tal incremento continuou a se reduzir no segundo ano após as eleições (2008), chegando a um patamar de R\$ 21.391 milhões. Porém, ao iniciar o ano pré-eleitoral (2009), observa-se uma elevação dos gastos incrementais do governo, elevando-se em 48,37% se comparado aos gastos de 2008, ou seja, passou de R\$ R\$ 21.391 milhões para R\$ 31.717 milhões em 2009. Tal elevação nas despesas incrementais continua a se expandir no ano eleitoral de 2010, alcançando o patamar de R\$ 33.363 milhões.

Em seguida, analisa-se as oscilações das despesas do governo no primeiro mandato de Dilma, atribuindo-se valor 1 para as *dummies*: **APOS1DILMA**, **APOS2DILMA**, **APREDILMA** e **AELEDILMA**, correspondentes ao período de 2011 a 2014, e valor 0 para as demais variáveis. Analisando a significância estatística dos parâmetros das variáveis, vê-se na tabela 1, que todas foram significativas a 1% de nível de significância. A análise dos coeficientes dos parâmetros estão representados no gráfico 4.

Gráfico 4 - Variações na despesa total no mandato de Dilma



Fonte: Elaborado pelos autores

Nota-se que em todo o período de Dilma as despesas governamentais foram crescentes. Vê-se que no ano seguinte ao eleitoral (2011), o governo obteve um incremento nas despesas anuais de R\$ 37.738 milhões, em 2012 foi de R\$ 40.026 milhões, um aumento de 6,09% a ser descontados cofres públicos. No ano pré-eleitoral seus gastos continuam se expandindo para R\$ 40.917 milhões anuais e no ano eleitoral (2014) este incremento foi de R\$ 47.642 milhões ao ano (Gráfico 4). Portanto, tal governo não obteve declínios nos gastos após as eleições, resultado também encontrado por Britto (2014), que afirma não ter ocorrido o ajuste fiscal e monetário necessário nesse período. Além disto, o autor destaca que os gastos com programas sociais foram crescentes, principalmente em 2014.

Após a análise de todos os governos que estiveram na presidência do Brasil entre 1994 e 2014, visualizou-se que de 1999 a 2010 ocorreu um declínio nos gastos do governo no período pós-eleitoral e um aumento dos mesmos nos períodos eleitorais e pré-eleitorais, formando-se assim os ciclos político-econômico oportunistas, resultados também encontrados nos estudos de Salvato *et al.* (2007), Araújo e Filho (2010) e Bittencourt (2002). Já nos anos de 2011 a 2014, observou-se um aumento progressivo dos gastos do governo, resultados também encontrados nas análises de Britto (2014), como já mencionado.

5 CONCLUSÃO

Os ciclos político-econômicos conceituam-se como a influência das atitudes políticas exercidas sobre a performance econômica de uma nação. Existe uma tendência de modificação das variáveis orçamentárias do governo em períodos eleitorais, os gastos governamentais tendem a ser

crescentes anteriormente às eleições e decrescentes após esse período. Dessa maneira, os governantes executam atividades visando apenas a maximização dos votos.

Dada a existência de tal fenômeno, o presente trabalho objetivou demonstrar a presença de ciclos políticos na variável orçamentária despesas do governo brasileiro no período de 1994 a 2014. Para tanto, executou-se uma análise econométrica a partir de regressões múltiplas.

Os resultados encontrados confirmam a presença de ciclos político-econômicos de forma mais evidente a partir de 1999 até 2010, anos que compreendem o segundo governo FHC e os dois mandatos de Lula. Nesse período, percebeu-se a tendência de aumento dos gastos antes das eleições e declínio desses após o período eleitoral. Entre o governo de Itamar Franco e o primeiro mandato do FHC (1994-1998), não existiram evidências significativas da relação entre o calendário eleitoral e as despesas governamentais. Já no primeiro mandato de Dilma (2011-2014) os gastos cresceram em grande proporção e progressivamente. Portanto, percebe-se que as oscilações econômicas, no período analisado, podem ser explicadas pelas variáveis políticas. Logo, se tal fenômeno fosse avaliado somente pela esfera econômica, talvez não fosse possível chegar a respostas conclusivas corretas.

Este estudo ressalta limitações que não invalidam os resultados encontrados e que servem de reflexão para propostas de trabalhos futuros. Foram essas: a inexistência de verificação da presença de ciclos políticos nas variáveis macroeconômicas brasileiras: taxa de desemprego, inflação e PIB; bem como, não averiguou-se a presença de ciclos políticos partidários para o Brasil no período em questão, dado que os partidos que se mantiveram no poder são muito homogêneos e envolvem um gama muito grande de coligações, impossibilitando a classificação desses entre direita e esquerda.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J.M; FILHO, P.A.M.L. Ciclos político-econômicos: uma análise do comportamento dos gastos públicos nos estados brasileiros no período de 1995 a 2008, In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA-ANPEC, 38. **Anais...**2010, Salvador.

BITTENCOURT, J. L. **Evidências de ciclos políticos na economia brasileira**: um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais – 1983/2000. 2002. 142f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BORNHOLD, S.D. **Averiguação empírica de ciclos políticos nos municípios gaúchos (1995-2008)**. 2010. 74f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

BORSANI, H. **Eleições e Economia: Instituições Políticas e Resultados Macroeconômicos na América Latina (1979 – 1998)**. Rio de Janeiro: UFMG, 2003.

BRITTO, R.M. **A Ocorrência de Ciclos Político-Econômicos nas eleições presidenciais Brasileiras de 2006, 2010 e 2014**. 2014. 51f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BUENO, R, de L, de S. **Econometria das Séries Temporais**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

COELHO, C. A. C. **Ciclos político econômicos e o poder local**. 2004. 143p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade do Minho, Braga, 2004.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. 1 ed., 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2013.

FIALHO, T. M. M. Testando a Evidência de Ciclos Políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, p. 379-389, jul/set 1997.

FIALHO, T. M. M. Ciclos Políticos: uma resenha. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 131-149, abr/jun. 1999.

GUJARATI, D.N; PORTER, D.C. **Econometria Básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

MARTINS, R.C. As Teorias de Ciclos Políticos e o Caso Português. **Grupo de Estudos Monetários e Financeiros (GEMF)**, Coimbra, v. 25, n. 09, p. 2007, 2002. Disponível em: <http://www4.fe.uct/gemf/estudos/pdf/2002/gemf02_05.pdf> Acesso em: 6 out. 2015.

NORDHAUS, W.D. The political business cycle. **The Review of Economic Studies**, vol. 42, n. 02, p. 169-190, 1975.

OGURA, L.M. Uma avaliação empírica dos modelos de ciclos eleitorais para a economia brasileira (1980~1999). In: Encontro Nacional de Economia, 27. **Anais...** 1999, Belém.

PREUSSLER, A. P. S. **Um Estudo Empírico dos Ciclos Político-Econômicos no Brasil**. 2001. 97 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

VELOSO, G. O. **Determinantes Econômicos, Políticos e Institucionais da Política Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul entre 1964 e 1998**. 2001. 206 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

ROGOFF, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 80, p. 21–26, mar. 1990.

ROGOFF, K.;SILBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economic Studies**, Stockholm,v.55, n.1, p.1–16, jan. 1988.

SALVATO, A. S. et. al. **Ciclos políticos**: um estudo sobre a relação entre flutuações econômicas e calendário eleitoral no Brasil, 1985-2006. In. Instituto de desenvolvimento humano sustentável, PUC MINAS, 2007.

VASCONCELOS, R.D.; FERREIRA,S.J;NOGUEIRA.R.P.J. A dinâmica da execução orçamentária federal do Brasil sob a ótica dos ciclos políticos eleitorais, 1985-2010. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v.17, n. 3, p. 325-354, 2013.